



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5835

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Raimundo Pereira da Silva

Data: 22/06/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LE S/Nº/2004. (REJEITADO). Dispõe sobre a proibição da venda de farda ou qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios, da Polícia Federal, Civil e Militar e das Forças Armadas, Guarda Municipal, Agentes de Saúde e Fiscais de Órgãos Públicos, em estabelecimentos comerciais do município de Montes Claros e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.4 **Posição:** 22 **Número de folhas:** 04

Especie: PL
Categoria: Pendentes
cx: 27.4
ordem: 22
nº fls: 02



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.004

AUTOR:

VEREADOR - RAIMUNDO PEREIRA

ASSUNTO:

Dispõe sobre a proibição de venda de fardas e qualquer tipo de
vestuário, bem como distintivos e acessórios da Polícia Federal, Civil e Militar e das
Forças Armadas, Guarda Municipal, Agentes de Saúde e Fiscais de Órgãos Públicos
em estabelecimentos comerciais e dá outras providências.

Carica

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em 22/06/2.004
- 3 - Comissão de Legislação e Justiça
- 4 - VISTAS POR 3 DIAS - 28-70-2004
- 5 - ADIAMENTO DE VOTAÇÃO - 11-11-2004
- 6 - REJEITADO EM 16-11-2004
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INPS

PROJETO DE LEI Nº-----/2004

Dispõe sobre a proibição da venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios da Polícia Federal, Civil e Militar e das Forças Armadas, Guarda Municipal, Agentes de Saúde e Fiscais de Órgãos Públicos em estabelecimentos comerciais e dão outras providencias.

A Câmara Municipal de Montes Claros, MG, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º: Fica proibida a venda de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios da Polícia Federal, Civil e Militar, da Guarda Municipal, de Agentes Penitenciários, e das Forças Armadas Brasileiras, Agentes de Saúde e Fiscais em estabelecimentos comerciais de Montes Claros.


Art. 2º: O fornecimento de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios, aos agentes das Polícia Civil e Militar, aos Agentes Penitenciários aos membros da Guarda Municipal e das Forças Armadas, Agentes de Saúde e Fiscais devem ser efetuado somente pelas instituições publicas respectivas.

Art. 3º: O descumprimento desta Lei implicara o fechamento imediato do estabelecimento comercial.

Art. 4º: O Poder Executivo regulamentara esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 18 de Junho de 2004.


Raimundo Pereira da Silva
(Raimundo do INSS)
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 23 DE JUNHO DE 2004

PRESIDENTE

ILEGAL e INCONSTITUCIONAL
opiniao
Humberto



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2004 QUE “Dispõe sobre a proibição de venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios da Polícia Federal, Civil e Militar e das Forças Armadas, Guarda Municipal, Agentes de Saúde e Fiscais de Órgãos Públicos em estabelecimentos comerciais e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Raimundo Pereira.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento dispõe sobre a proibição de venda de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios da Polícia Federal, Civil e Militar, da Guarda Municipal, de Agentes Penitenciários e das Forças Armadas Brasileiras, Agentes de Saúde e Fiscais em estabelecimentos comerciais de Montes Claros. O fornecimento deverá ser efetuado somente pelas instituições públicas respectivas.

Os artigos 192 a 195 do Código Penal foram revogados pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, assim, vejamos:

Art. 191- reproduzir ou imitar, de modo que possa induzir em erro ou confusão, armas, brasões, ou distintivos oficiais nacionais, estrangeiros ou internacionais, sem a necessária autorização no todo ou em parte, em marca título de estabelecimento, nome comercial, insígnia ou sinal de Propaganda, ou usar essas reproduções ou imitações com fins econômicos.

Pena- detenção, de (1) um a (3) meses, ou multa.

Parágrafo único: Incorre na mesma pena quem vende ou expõe ou oferece à venda produtos assimilados com essas marcas.

Ainda, os crimes do art. 191 se procedem mediante **Ação Penal Pública**. E, o art. 200 aduz, que a Ação Penal e as diligências preliminares de busca e apreensão, nos crimes contra a propriedade industrial **regulam-se pelo disposto no Código de Processo Penal, com as modificações constantes.**

Por todo o exposto, o Legislativo Municipal encontra-se impedido de deflagrar o processo legislativo, pois a própria Carta Federal prevê que compete privativamente à União legislar sobre Direito Penal e Processual e **aos municípios compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.**

Ex positis, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 13 de setembro de 2004.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/ MG 81.617